



UMA INICIATIVA EARP PORTUGAL

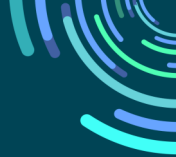
OBSERVATÓRIO
NACIONAL
luta contra a pobreza

OUTUBRO 2020

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

ANÁLISE DOS DADOS DO
ICOR/EU-SILC 2019





SUMÁRIO EXECUTIVO

A pandemia causada pelo SARS-COV-2 (COVID-19) veio transformar a situação de pobreza e exclusão social em Portugal. Após a crise económica e financeira, a população em Portugal começava a recuperar rendimentos e o desemprego diminuía significativamente. A evolução dos dados do ICOR demonstra uma redução claramente positiva da pobreza ou exclusão social entre 2013 e 2019. Mas estes dados demonstram também as fragilidades desse processo de retoma, onde alguns grupos mantinham níveis de vulnerabilidade à pobreza ou à exclusão social ainda demasiadamente elevados. Olhar para os dados do ICOR2019, mesmo que estejam desatualizados face ao novo contexto de crise económica despoletada pela pandemia, permite-nos olhar para as vulnerabilidades da sociedade portuguesa e perceber onde a atual crise terá potencialmente os impactos mais graves.

- Portugal manteve, **em 2019**, a mesma taxa de risco de pobreza ou exclusão social registada em 2018: 21.6%. **Cerca de 2 215 mil pessoas estavam em risco de pobreza ou exclusão social**, sendo que **80% estavam em risco de pobreza monetária, 21% viviam em agregados com intensidade laboral muito reduzida e 26% encontravam-se em situação de privação material severa**. Em 2019, cerca de 85 mil pessoas acumulavam estas três vulnerabilidades.
- A **taxa de risco de pobreza (17.2%) teve uma ligeira redução (-0.1 pontos percentuais (pp)) face ao ano anterior**, apesar de um aumento do limiar de pobreza. Segundo os dados do ICOR 2019, cerca de 1 772 mil pessoas viviam com menos de 501 euros por mês. Já a **privação material severa recuou 0.4 pp face a 2018, atingindo 5.6% da população em Portugal**, ou seja, 577 mil pessoas. No entanto, foi ao nível da intensidade laboral per capita muito reduzida que encontramos os resultados mais positivos. Com a redução do desemprego, **cerca de 6.2% da população com menos de 60 anos vivia em agregados familiares com uma intensidade per capita muito reduzida, menos 1 pp do que os resultados do ICOR 2018**.

- Os **níveis de desigualdade também mantiveram uma tendência decrescente** quer através da sua medição pelo Coeficiente de Gini (31.9), quer pelo indicador S80/S20 (5.16) ou pelo indicador S90/S10 (8.6). Em todos estes indicadores temos uma ligeira redução das desigualdades face ao ICOR 2018.
- No que refere aos **grupos com maior vulnerabilidade e taxas de risco de pobreza ou exclusão social, mantêm-se** os mesmos grupos sociais: **as mulheres (22.2%); as crianças (22.3%); as famílias monoparentais (43%); as famílias com dois adultos e três ou mais crianças (36.2%); as pessoas isoladas (31.3%); os desempregados (59.9%); os outros inativos (40.7%); as pessoas com apenas o ensino básico (27.3%); as pessoas com grau de incapacidade severo (31.4%) ou com algum grau de incapacidade (27.8%); os estrangeiros de países extracomunitários (31.7%); os arrendatários com rendas a preço reduzido ou gratuita (38.5%); os arrendatários com renda a preço de mercado (28.7%); e a população das áreas pouco povoadas (25.5%).**
- No entanto, num contexto de alguma estabilidade da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, encontramos na **maior parte destes grupos vulneráveis um agravamento deste risco**. As exceções encontram-se apenas ao nível da população com ensino básico, entre os estrangeiros de países terceiros, os arrendatários com renda a preço reduzido ou gratuita e da população das áreas rurais. Enquanto nestes casos verifica-se uma redução da taxa de pobreza ou exclusão social face a 2018, nos restantes grupos assinalados encontramos **um aumento desta taxa que varia entre +0.1 pp (mulheres) a +7 pp (famílias monoparentais)**.
- Importa salientar o risco de pobreza ou exclusão social associada a condição perante o trabalho. Neste grupo, apenas encontramos uma redução deste indicador associada a população reformada. Todos os restantes grupos tiveram um aumento da sua vulnerabilidade. Note-se que o risco de pobreza ou exclusão social era já muito elevada ao nível dos desempregados e dos outros inativos, dois grupos que a atual crise económica e sanitária veio ampliar. **No caso dos desempregados, quase 60% estavam em risco de pobreza ou exclusão social**. Segundo o ICOR 2019, 47.5% estavam em risco de pobreza, 16.5% estavam em privação material severa e 35.7% viviam em agregados familiares com intensidade laboral muito reduzida. Apenas ao nível da intensidade laboral muito reduzida encontramos alguma melhoria face ao ano anterior. Pelo contrário, ao nível do risco de pobreza e da privação material severa, encontramos no ICOR 2019 um agravamento da vulnerabilidade desta população. É importante sublinhar que **em 2019 apenas 30.6% dos desempregados estavam a receber subsídio de desemprego**. Ainda que esta proporção tenha subido ligeiramente face a 2018, estes dados continuam a espelhar a vulnerabilidade desta população e a dificuldade da proteção social cumprir a sua função em termos de prevenção da pobreza junto desta população.
- É igualmente relevante o aumento da vulnerabilidade económica e social junto da população em trabalho. O risco de pobreza ou exclusão social dos trabalhadores aumentou em 2019, assim como o risco de pobreza (monetária). Segundo o ICOR 2019, **13.4% dos trabalhadores estavam em risco de pobreza ou exclusão social e 10.8% estavam em risco de pobreza**.

esta vulnerabilidade é significativamente maior entre os trabalhadores por conta própria comparativamente com os trabalhadores por conta de outrem (29.1% e 27.9%, respetivamente). A **precaridade laboral é sem dúvida um fator que aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores: 24% dos trabalhadores a tempo parcial estavam em risco de pobreza vs 9.9% dos trabalhadores a tempo completo; assim, como 12.4% dos trabalhadores com contrato temporário vs 7.2% dos trabalhadores sem termo.**

- Mas o **risco de pobreza dos trabalhadores é também maior quando este trabalhador tem a seu cargo crianças dependentes.** O risco de pobreza dos trabalhadores sobe de 9.5% quando estão num agregado sem crianças dependentes para 12% quando têm crianças dependentes. No entanto, é ao nível das famílias monoparentais que a situação é mais crítica: **26.4% dos trabalhadores monoparentais estavam em risco de pobreza** segundo os resultados do ICOR2019, mais 8.1 pp do que no ano anterior. Tendo em conta o impacto da crise pandémica na redução de rendimentos das famílias via despedimento, redução da atividade profissional, redução das horas extraordinária, layoff simplificado ou pela necessidade de permanecer em casa com filhos menores devido a suspensão das aulas presenciais ou de outras respostas sociais, a situação das famílias monoparentais exige uma atenção cuidada e célere das políticas públicas em Portugal.
- De facto, em Portugal ter filhos dependentes continua a ser um fator de agravamento do risco de pobreza e de exclusão social, sobretudo quando só existe no agregado um adulto ou quando existem três ou mais crianças dependentes. Note-se que o risco de pobreza ou exclusão social e o risco de pobreza aumentaram nas famílias com crianças dependentes em 2019.
- As **regiões autónomas permanecem como as regiões com maiores taxas de risco de pobreza ou exclusão social.** Nestas duas áreas geográficas esta vulnerabilidade atinge mais de 30% da população: **32.2% na R. A. da Madeira e 36.7% na R. A. dos Açores.** O fenómeno agravou-se no último ano, com um acréscimo de 0.3 pp face ao ano anterior em ambas regiões. Na R. A. Açores o risco de pobreza ou exclusão social destaca-se por ser o mais elevado do país em todas as suas dimensões e pela sua distância face à média nacional. A R. A. dos Açores tem um risco de pobreza ou exclusão social 1.7 vezes superior à média nacional. **No território continental, destacam-se a Região Norte e a Região do Algarve, ambas com uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 23.2%.**

Os dados mais recentes ao nível do mercado de trabalho, dos rendimentos e da proteção social apontam para um forte e rápido impacto da crise gerada pela COVID-19. A vulnerabilidade já patente nos resultados do ICOR2019 serão certamente potenciadoras de um forte agravamento da pobreza e da exclusão social. Entre os dados mais recentes, destacamos os seguintes:

- Em **agosto de 2020, Portugal contabilizava 406,8 mil desempregados, mais 83.4 mil desempregados do que no período homólogo de 2019**, e uma taxa de desemprego de 7.9%. A maior parte desta população (78.6%) tem 25 ou mais anos, sendo cerca de metade do sexo feminino. O **Algarve é região com maior taxa de desemprego e a que apresenta maior variação anual**. No 2º trimestre de 2020, o Algarve tinha uma taxa de desemprego de 7.4%, altura em que o INE estimava uma taxa de desemprego nacional de 5.6%.
- Em **agosto de 2020, existiam 2 648.9 mil inativos em Portugal, mais 59.6 mil do que no período homólogo de 2019**. Segundo os dados do 2º trimestre, 42% dos inativos enquadravam-se em *Outros inativos*, ou seja, não eram estudantes, reformados ou domésticos.
- Outro dado importante para a leitura do atual contexto é a **subutilização do trabalho**. Em agosto existiam 823.5 mil pessoas que estavam ou: desempregadas, em subemprego a tempo parcial, inativas à procura de emprego mas não disponíveis, ou inativos disponíveis mas que não procuravam emprego. **A atual crise levou a um aumento de 145.7 mil pessoas nestas situações face ao período homólogo de 2019 e um aumento de 159.9 mil pessoas face fevereiro de 2020**.
- Se olharmos para a contração da população empregada entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, verificamos que esta foi maior para os TCO com "outro tipo de contrato de trabalho" (-29.7%) ou os que têm contratos com termo (-10%), em contraposição com os TCO com contrato sem termo (-0.4%); e nos TCO a tempo parcial (-12.7%), comparativamente aos TCO a tempo completo (-2.1%). Ou seja, **a perda de emprego ocorreu junto das situações de maior precaridade laboral, sendo que o risco de pobreza era já mais elevado para esses trabalhadores**, tal como vimos anteriormente.
- Segundo os últimos dados das Contas Trimestrais por Setor Institucional do 2º trimestre de 2020, do INE, o **Rendimento Disponível Bruto do sector das famílias teve uma redução de 0.4%, explicado em parte por uma diminuição de 0.6% ao nível das remunerações**. A **redução** do rendimento disponível bruto só **não foi maior devido ao impacto positivo das prestações sociais**. No 2º trimestre de 2020 as prestações sociais corresponderam a 14.1% do rendimento disponível bruto do sector da família, mais +0.5 pp relativamente ao 2º trimestre de 2019.



Rua de Costa Cabral nº 2368
4200-218 Porto, Portugal

Tel +351 225 420 806
catia.santos@eapn.pt
elizabeth.santos@eapn.pt

www.on-eapn.pt | www.eapn.pt